



Q1

Acta

Reunião Ordinária – Acta nº 24/2011

Data – 2011-10-17

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.20 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatós dos Reis
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Elsa Maria da Costa Cardoso (substituição)
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Resumo Diário da Tesouraria de 14-10-2011:

a) Dotações Orçamentais €1.231.739,77
b) Dotações não Orçamentais €44.012,72

Total das Disponibilidades €1.275.752,49



Não podendo estar presente na reunião, por motivos profissionais, o Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, António Santana Maia Leonardo, manifestou à Presidente da Câmara, no início da reunião, a sua vontade de se fazer substituir pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata apresentada às Eleições Autárquicas de 2009, Elsa Maria da Costa Cardoso, tendo a mesma comparecido pelas 14.40h, conforme consta mais à frente na acta.



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.

21
act

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da acta relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com excepção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara deu conta de alguns pormenores da sua deslocação a Weinstad, na Alemanha, na sequência das comemorações dos 30 anos de Geminção entre aquela Cidade e Parthenay – França, com a qual, por sua vez, a cidade de Abrantes é geminada.



Dando cumprimento ao previsto nos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, verificando-se que Elsa Maria Costa Cardoso se apresentou no edifício dos Paços do Concelho, pelas 14.40h foi a mesma convocada e, não tendo recusado a substituição, passou a tomar parte da reunião.



Nº 26 – Em seguida, a Presidente da Câmara propôs a aprovação pelo órgão executivo de uma moção relativa ao encerramento da Estação dos CTT no Tramagal, conforme se transcreve:

A Câmara Municipal teve conhecimento, por via não oficial, da intenção de encerramento da Estação dos CTT no Tramagal.

Teve conhecimento através das redes sociais, da imprensa e pela intervenção de um representante da população – Bruno Neto - na Assembleia Municipal realizada no dia 25 de Setembro de 2011.

A Câmara lamenta que a intenção da Administração dos CTT de encerrar a estação do Tramagal tenha sido projectada sem informação e diálogo com os órgãos do município, enquanto representantes dos seus cidadãos.

Tendo sido informada de algumas iniciativas de protesto que partiram da sociedade civil, a Câmara de Abrantes solidarizou-se de imediato com a comunidade tramagalense, bem como com a Junta local, nas acções que se seguirem.

A Câmara nada tem contra a entrega do serviço a privados ou a Juntas de Freguesia. Pese embora os CTT tenham afirmado que "A opção por um parceiro particular não altera o acesso da população aos correios, sendo os CTT os responsáveis pela formação, acompanhamento e

[Handwritten signature]

supervisão do Posto, através das equipas operacionais no terreno, que garantem a inspecção e a qualidade da prestação dos serviços” (Agencia Lusa, 27 de Setembro), entende a Câmara que tal só é minimamente admissível se houver a máxima garantia de que todas as relações de cliente/prestador de serviço não perdem em termos de confidencialidade, qualidade do serviço prestado, logística, segurança e eficiência.

Ora, acontece que em alguns casos conhecidos de transferência dos serviços para outras entidades, como por exemplo para as Juntas de Freguesia, nomeadamente a questões de segurança não são totalmente asseguradas.

Entendemos que os Correios são um serviço público de proximidade essencial para as populações e, em alguns casos como no Tramagal, para as empresas.

A Câmara de Abrantes testemunha a sua preocupação relativamente à intenção de encerramento de outras estações e não pode deixar de apelar ao bom senso, razoabilidade dos CTT para com as populações servidas. Qualquer outra solução organizacional deverá ser resultante do necessário e imprescindível diálogo com as populações locais, através dos seus representantes institucionais: Câmara Municipal e Juntas de Freguesia.

A Presidente aproveitou para fazer mais algumas referências a esta questão e à posição assumida pela Junta de Freguesia de Tramagal, no âmbito de algumas negociações com os CTT, no sentido de proteger o interesse da população. Disse que o valor inicialmente proposto pelos CTT não seria suficiente para os correspondentes encargos a assumir pela Junta, nomeadamente com a contratação de um mais um colaborador e com a segurança das instalações. Os CTT também não se mostraram receptivos a uma contraproposta, pois ainda não responderam.

O Vereador Belém Coelho disse que os Vereadores do PSD concordam com a passagem do serviço para particulares, mas que a mesma só poderá ser feita com a necessária salvaguarda da efectiva prestação do serviço e da segurança.

A Presidente da Câmara disse que também não vê qualquer inconveniente na prestação do serviço por terceiros, no entanto têm que ser garantidas as melhores condições de funcionamento, para uma prestação de serviços adequada aos interesses da população.

O Vereador Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês compareceu à reunião pelas 14.50h.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a moção conjunta proposta pela Presidente da Câmara.

Cal
Cal

VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

O Vereador Manuel Jorge Valamatos deu conta da realização da Taça Ibérica de Corridas de Aventura, que decorrerá no próximo fim de semana, da qual fazem parte um conjunto muito diversificado de actividades desportivas.



VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O Vereador Belém Coelho apresentou uma declaração, que se anexa à acta, relembrando as propostas do PSD sobre a saúde.

A Presidente da Câmara teceu alguns comentários e esclarecimentos à declaração agora apresentada:

- A Câmara Municipal, como é do conhecimento dos Vereadores, disponibilizou-se a apoiar o arrendamento, sendo que nos primeiros dias os médicos ficaram hospedados na Pousada da Juventude, o que aliás foi do seu agrado. A intenção era que, depois de se conhecerem, decidissem, isoladamente ou em conjunto, fixarem-se em residências particulares, como o apoio da Autarquia. No entanto, os médicos, hoje já muito integrados na sociedade, decidiram fazê-lo por iniciativa própria, assumindo a totalidade dos encargos. Sobre "ajudar a fixar médicos" é hoje uma tarefa impossível, na medida em que a política passa pela redução de médicos do centro hospitalar, portanto não adianta criar mais incentivos, quando os próprios médicos não se podem fixar;
- Sobre a proposta aos órgãos da tutela, através de deputados, para o aumento do número de enfermeiros, é um assunto que tem vindo já a ser falado;
- Os cuidados de saúde integrados são as Unidades de Saúde Familiar;
- A Câmara Municipal não pode, como os senhores vereadores sabem, garantir a manutenção de todas as extensões de saúde do concelho;
- Já foi apresentado o novo Centro de Saúde de Rossio ao Sul do Tejo, que agora depende do Governo;
- Centro de Saúde no Centro Histórico – também já foi apresentado e depende também do Governo;
- Criação de rede de transportes – está a ser negociada com a Rodoviária do Tejo e com as freguesias essa possibilidade;

Portanto, entende que os Vereadores do PSD pretendem apenas tirar vantagens políticas desta declaração. As propostas elencadas são na sua generalidade da competência do Ministério da Saúde e não competências municipais, próprias ou delegadas. A Câmara Municipal, na pessoa da sua Presidente, está representada no ACES e tem feito o acompanhamento no Conselho da Comunidade, onde estas questões têm vindo a ser debatidas.

É pouco simpática e um pouco confusa a referência ao executivo socialista que lidava com esta matéria, porque é por todos sentido o empenhamento da Câmara Municipal de Abrantes, na pessoa da sua Presidente, na resolução destes problemas. É uma declaração inusitada neste momento. Mais do que falar sobre aquilo que se perdeu em dois anos, quando não se perdeu

CS
Cat

efectivamente, era que os próprios Vereadores do PSD, no âmbito das suas relações de privilégio, fizessem chegar estas manifestações aos deputados do PSD, tal como já chegou aos deputados do PS.



Em seguida, a Presidente da Câmara, apresentou uma proposta de deliberação dos Vereadores eleitos pelo PSD relativa à limpeza sarjetas da cidade e do concelho, conforme a seguir se transcreve:

"Compete aos serviços municipais a limpeza das sarjetas, nas ruas da Cidade.

No entanto, como a foto (anexa à declaração) demonstra, este serviço não está a ser executado com a diligência devida.

O mesmo se passa com a maior parte das sarjetas existentes no resto do concelho.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

A Câmara deverá diligenciar junto dos serviços municipais e das juntas de freguesia para que as sarjetas existentes na cidade e no concelho sejam limpas periodicamente, para evitar as repetidas inundações e transporte de detritos para a via pública, que ocorrem sempre que as primeiras chuvas caem ou quando a precipitação é maior."

A Presidente da Câmara disse que esta proposta é já extemporânea, na medida em que já foi dada indicação aos Serviços Municipalizados de Abrantes para que procedessem à limpeza das sarjetas na área do Centro Histórico, por ser esta a sua área de intervenção.

Quanto à restante área do concelho esta é uma competência que está delegada nas Juntas de Freguesia.

Sugeria então, que a proposta agora apresentada fosse sujeita a deliberação como recomendação a dirigir aos Serviços Municipalizados de Abrantes e às Juntas de Freguesia, para terem em consideração.

O Vereador Belém Coelho referiu ainda alguns locais mais críticos, nomeadamente:

- Av. 25 de Abril, junto à Abranfrio;
- Av. 25 de Abril, entre o Mercado Criativo e a Tapada do Chafariz;
- Estrada entre o Hospital e a Escola D. Miguel de Almeida;
- Estrada entre a Escola D. Miguel de Almeida e a estrada que liga Alferrarede a Rossio ao Sul do Tejo.

A Presidente da Câmara disse tratar-se de zonas que, quando a precipitação é intensa, mesmo que as sarjetas se encontrem limpas, são muito sensíveis ao aumento do caudal.

Deliberação: por unanimidade, remeter a proposta de deliberação a título de recomendação a dirigir aos Serviços Municipalizados de Abrantes e às Juntas de Freguesia, para terem em consideração.

Ci
Ct

VEREADOR CARLOS ARÊS

O vereador Carlos Arês questionou a Presidente da Câmara sobre se os médicos estrangeiros colocados no concelho de Abrantes já estão em efectividade de funções.

A Presidente da Câmara confirmou que os médicos já estão em funções de forma autónoma. Referiu que já foi indigitada a administração do ACES e já está marcada uma reunião do conselho executivo para o dia 8 de Novembro.

Aproveitou para, em seguida, dar conta do ponto de situação relativamente à questão da falta de médicos no concelho, situação que, como se sabe, é comum a quase todo o ACES, sendo a situação mais grave no concelho de Ourém.

Não existindo médicos suficientes o cenário continua a ser o da concentração, situação essa que muito a preocupa, essencialmente pela necessidade de transportes. Estes transportes não poderão ser garantidos pela Câmara, atendendo a que não é matéria da sua competência e, cada vez mais, são sentidos os cortes nas transferências do Orçamento de Estado.

Sobre as unidades móveis de saúde, aproveitou para referir que, neste momento, existe uma grande incerteza relativamente ao futuro no que toca a investimentos e aos correspondentes financiamentos, não só nesta questão, mas também em áreas como a regeneração urbana.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

Nº 1 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 30 de Setembro de 2011, a aprovar a minuta de protocolo de cooperação, a celebrar entre o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P., a Cres.Ser - Associação de Desenvolvimento Pessoal e Comunitário e o Município de Abrantes, relativamente ao Projecto Piloto Mediadores Municipais, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). - 35923

A Vereadora Celeste Simão aproveitou para fazer algumas referências ao projecto do Mediador Cigano e sobre as expectativas relativamente à sua actuação.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Nº 2 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 12 de Outubro de 2011, a aprovar a carta de compromisso, para colaborar com os promotores do projecto "Unidade de Sistemas de

C1
C2

Agricultura e Sustentabilidade", no âmbito da candidatura ao Aviso de Abertura nº ALENT-15-2011-01 do Eixo 1 – Competitividade Inovação e Conhecimento, do INALENTEJO 2007-2013 (Programa Operacional Regional do Alentejo), apresentada pela Escola Superior Agrária do Instituto politécnico de Santarém.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Jurídica

Nº 3 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do contrato de promessa de compra e venda dos lotes números 42 e 38 do loteamento sito na Quinta dos Trajos Serrados, freguesia de Rossio ao Sul do Tejo, concelho de Abrantes, a celebrar entre a Caixa Geral de Depósitos e o Município de Abrantes, no valor total de 270.000,00€ (duzentos e setenta mil euros). – 45548

A Presidente da Câmara esclareceu que se trata de obra não concluída que a Câmara pretende terminar os lotes, destinando posteriormente as habitações a habitação social. Em seguida prestou mais alguns esclarecimentos sobre o projecto, a pedido do Vereador António Belém Coelho.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 4 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do contrato de cedência de exploração dos quiosques situados no Aquapolis – Margem Sul, Rossio ao Sul do Tejo, Abrantes, a celebrar entre o Município de Abrantes e David Ricardo Moutinho Mendes, no valor de 200,00€ (duzentos euros), mensais, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Divisão Financeira

Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma Informação do Director do departamento de Administração e Finanças, datada de 26 de Setembro de 2011, acerca da atribuição de subsídio ao Centro Social do Pessoal do Município

Acta da reunião de -17- de Outubro de 2011

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

de Abrantes, no âmbito das actividades de férias desportivas de verão e outros eventos, onde se inclui o fornecimento de refeições. – 35202

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de subsídio no valor de 6.896,41€ (seis mil oitocentos e noventa e seis euros e quarenta e um cêntimos), ao Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, decorrentes de encargos assumidos pelo Centro Social, no âmbito das férias desportivas de verão, mediante as justificações e a confirmação dos encargos designadamente dos havidos com as refeições.



Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma Informação da Divisão Financeira, a dar conta que na deliberação de 28 de Abril de 2009, não foi feita referência ao montante inerente às repavimentações em Vale das Mós e S. Facundo, que ascende a 365.021,73€ (trezentos e sessenta e cinco mil vinte e um euros e setenta e três cêntimos), pelo que, solicita autorização para a realização da despesa do referido valor. - 38477

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a despesa inerente às repavimentações em Vale das Mós e S. Facundo, no valor de 365.021,73€ (trezentos e sessenta e cinco mil vinte e um euros e setenta e três cêntimos), de acordo com a referida Informação da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação da Divisão Financeira, que na sequência da aprovação de candidatura ao Mais Centro, para aquisição de uma viatura urbana de combate a incêndios, remete proposta de decisão de contratação e autorização da despesa nos termos do artº 36º do CCP, cuja despesa inerente ao contrato a celebrar, não deverá exceder o montante de 191.600,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor se a ele houver direito.

Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar (de acordo com os limites ao valor do contrato constantes dos artigos 19.º a 21.º do CCP), propõe a adopção de concurso público sem publicitação de anúncio no JOUE. O mesmo será desenvolvido nos termos dos artºs 130º a 154º do CCP, conjugados com os artºs 34º a 111º do mesmo diploma legal.

Propõe igualmente, a aprovação das peças do procedimento aplicáveis ao procedimento nos termos da al. b) do nº 1 do artº 40º do CCP, nomeadamente, Programa de Procedimento, elaborado de acordo com artº 132º do CCP e o Caderno de Encargos, elaborado de acordo com o artº 42º do mesmo diploma legal, opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com os seguintes sub-critérios: preço mais baixo - 70%; prazo de entrega 30%.

Propõe ainda, a designação dos seguintes colaboradores como elementos júri para a condução do procedimento: a) João Silva (presidente); b) Hugo Silva (vogal efectivo); c) António Jesus

Acta da reunião de -17- de Outubro de 2011

El
Cota

(vogal efectivo); d) Paulo Ferreira (vogal suplente); e) António Ferrão (vogal suplente). - Delegação de competências no Júri do Concurso, conforme previsto no nº 2 do artº 69º e no artº 109º do CCP, à excepção da decisão de adjudicação - 40541

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a aquisição através de concurso público sem publicitação de anúncio, de uma viatura urbana de combate a incêndios.

Aprovar igualmente as peças de procedimento, bem como a constituição do respectivo júri, nele se delegando competências, nos termos da referida Informação da Divisão Financeira.



Divisão de Recursos Humanos

Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação da Divisão de Recursos Humanos, datada de 10 de Outubro de 2011, a solicitar autorização para abertura dos seguintes procedimentos concursais, para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal, para contrato por tempo indeterminado:-41935

- 1 Técnico de Informática, Grau 1 Nível 1, para a Divisão Administrativa e de Modernização;
- 1 Técnico Superior, licenciado em Administração Pública, para a Divisão Financeira.

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos Vereadores Belém Coelho e Elsa Cardoso, aprovar a abertura dos referidos procedimentos concursais, nos termos da citada Informação da Divisão de Recursos Humanos.

À Divisão de Recursos Humanos para os devidos efeitos.

Os Vereadores eleitos pelo PSD apresentaram uma declaração de voto que se anexa à presente acta.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do Cine-Teatro São Pedro, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
38682	Escola nº 1 do 1º Ciclo do Ensino Básico de Abrantes	Festa de Natal	16.12.2011	Cedência do auditório do Cine-Teatro São Pedro	129,16€

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, conforme listagem acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho que aprovou a minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre a Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Abrantes, para a recuperação e a valorização da Igreja de Santa Maria do Castelo. - 41959

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Divisão de Educação e Acção Social

Nº 11 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, remetendo, para aprovação, a lista dos candidatos seleccionados e admitidos para o serviço teleassistência fixa ao segmento sénior, no âmbito do Protocolo de Cooperação entre o Município de Abrantes e a Cruz Vermelha. - 42012

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida lista de candidatos, para o serviço teleassistência fixa ao segmento sénior.

À Divisão de Educação e Acção Social para os devidos efeitos.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, remetendo, para aprovação, alteração às normas do Programa de Incentivo a Projectos de Intervenção Social – Finsocial Abrantes. - 45538

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração das normas do Programa de Incentivo a Projectos de Intervenção Social – Finsocial Abrantes.

À Divisão de Educação e Acção Social para os devidos efeitos.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a renovação do Protocolo para o Desenvolvimento Integrado da Actividade de Protecção

21

22

(aplicação de selantes de fissura) e Tratamento Dentários no âmbito da Saúde Escolar/Saúde Oral. - 41805

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a renovação do referido Protocolo.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativa a uma Informação da Divisão de Educação e Acção Social, referindo que por inerência do Decreto-Lei nº 55/2009, foram analisadas as candidaturas aos Auxílios Económicos dos alunos que frequentam as escolas do 1º CEB e J.I. do concelho, 2ª fase. - 45180

Foram apresentadas um total de 85 candidaturas, das quais:

- 38 do Pré-escolar
- 47 do 1º Ciclo do ensino básico, sendo que:
- * 47 Deferidos (36 do escalão A e 11 do escalão B)

Para a atribuição dos subsídios, mantêm-se os valores correspondentes a cada escalão do 1º ciclo, designadamente: 49,30€ para o Escalão A e 29,16€ para o Escalão B. O montante global a atribuir é 2.095,56€, sendo que 1.774,80€ corresponde ao escalão A e 320,76€ ao escalão B.

Mais informa que a atribuição de auxílios económicos 1ª fase, foi deliberada em reunião de Câmara de 25 de Julho de 2011.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição dos referidos subsídios escolares, no montante global de 2.095,56€, distribuídos aos respectivos Agrupamentos Escolares, conforme listagens anexas à presente informação da Divisão de Educação e Acção Social.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação da Divisão de Desporto e Juventude, que propõe o reforço do montante atribuído, no âmbito do Findesp, ao Centro Popular Cultura e Desportos de Sentieiras, no valor de 500,00€ (quinhentos euros), tendo em conta que a sua equipa de futebol sénior, se qualificou para a fase final da Distrital do Inatel. - 38929

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o reforço do montante atribuído no âmbito do Findesp, ao Centro Popular Cultura e Desportos de Sentieiras, no valor de 500,00€ (quinhentos euros), de acordo com a referida Informação da Divisão de Desporto e Juventude.

21
C. S.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Manutenção e Transportes

Nº 16 - Para conhecimento, o Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência do pedido de esclarecimentos dos vereadores do PSD na reunião de 03 de Outubro de 2011, relativamente ao processo 30/2010 – vistoria sanitária, em nome de Álvaro Salgueiro Ferrão, informa que o processo havia sido encaminhado à DMT (Divisão de Manutenção e Transportes), de modo a que aquela unidade orgânica diligenciasse os trabalhos recomendados pela comissão de Vistorias; concretamente, "o desentupimento mecânico de alta pressão, promovendo a desobstrução da respectiva conduta". Decorrente do facto da DMT não dispor de meios para esse efeito, nomeadamente de um canalizador, encontra-se em curso procedimento para adjudicação do fornecimento desse serviço a empresa externa, com recurso a ajuste directo simplificado. - 41845

Tomado conhecimento.



Divisão de Projectos e Empreitadas

Nº 17 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à Informação nº 243 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 03 de Outubro de 2011, que remete para aprovação a conta final da empreitada de "Requalificação dos Balneários de Apoio ao Campo de Futebol nº 3 de Abrantes", adjudicado à firma, Alpeso Construções, S.A., elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que se transcreve:

Valor da Adjudicação (Preço Contratual)	124.476,70€
Trabalhos Contratuais Realizados	124.476,70€
Total	124.476,70€

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a conta final da empreitada de "Requalificação dos Balneários de Apoio ao Campo de Futebol nº 3 de Abrantes", elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.



Nº 18 - Para conhecimento, o Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, apresenta a informação Nº 253 da Divisão de Projectos e Empreitadas, relativamente à instalação de painéis solares térmicos e fotovoltaicos nas empreitadas de construção dos Centros Escolares, na sequência do pedido de esclarecimentos dos vereadores do PSD na reunião de 08 de Agosto de 2011. - 36851

Al
Col

Tomado conhecimento.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à Informação Nº EC/38/11 da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 7 de Outubro de 2011, acerca do pagamento de uma taxa no valor de 59,26€ (cinquenta e nove euros e vinte e seis cêntimos), solicitado ao munícipe Maurício Ventura da Luz Arrais, tendo em conta a deslocação da Fiscalização Municipal ao prédio onde reside, na sequência da queixa que apresentou, referindo a existência de ruídos no sótão provocados pelos vizinhos.

Em anexo, remete-se informação do Serviço de Acção Social e Saúde da Divisão de Educação e Acção Social, acerca deste assunto. – 37106 e 25230

Deliberação: Por unanimidade, tendo em conta a situação de instabilidade emocional, relatada pela Divisão de Educação e Acção Social, dispensar o pagamento de taxa, no valor de 59,26€ (cinquenta e nove euros e vinte e seis cêntimos), ao abrigo do artigo 10º do Regulamento de Taxas do Município.



Nº 20 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à Informação Nº 104/11 EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 14 de Setembro de 2011, acerca do pedido da firma Pegoconstroi, Lda., a solicitar a emissão de licença especial para conclusão das obras de urbanização do loteamento titulado pelo alvará nº 3/2004, sito na Rua da Indústria, em Chainça, Abrantes. – 1281/01

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido de licença especial para conclusão das obras de urbanização do loteamento titulado pelo alvará nº 3/2004, nos termos e com as correcções officinas sugeridas na informação técnica Nº 104/11 EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, que se dão por transcritas.

Deverá igualmente, dar-se conhecimento da necessidade das alterações às obras de urbanização serem devidamente regularizadas.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para proceder em conformidade.



Nº 21 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma Informação da Comissão de Avaliação, datada de 21 de Setembro de 2011, dando conta da avaliação efectuada à fracção do rés-do-chão do nº 26 da Rua D. João IV, em Abrantes, destinada a serviços, conforme solicitado pela firma Pegoconstroi, Lda,

Acta da reunião de -17- de Outubro de 2011

21
C. S.

cujo valor total a atribuir à referida fracção, é de 36.000,00€ (trinta e seis mil euros). – 1281/01

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o valor de 36.000,00€ (trinta e seis mil euros), atribuído à fracção do rés-do-chão do nº 26 da Rua D. João IV, em Abrantes, de acordo com a referida Informação da Comissão de Avaliação, para efeitos de caução por conta da redução de igual valor da garantia bancária actualmente existente.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para os devidos efeitos.



Nº 22 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência da Informação Nº 371/2011 DP da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 8 de Setembro de 2011, acerca da comunicação prévia relativa a alteração de uma moradia unifamiliar, sita no Vale de Roubam, lote 11, em Abrantes, requerida por F. do Vale – Construções, Lda. – 138/07

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração de licença de loteamento no que se refere à variação de áreas de construção para o presente lote 11, nos termos da informação técnica Nº 371/2011 DP da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e com o enquadramento patente no nº 8 do artigo 27º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovando-se em simultâneo o projecto de alterações.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para os devidos efeitos.



Nº 23 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo Vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 24 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, referente à Informação Nº 262 da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 29 de Julho de 2011, na sequência do pedido de Rui Miguel Lopes Conceição, a solicitar a colocação de um sinal de estacionamento proibido nos termos do Artigo 50º do Código da Estrada, para o prédio sito na Rua da Escola e Rua da Azinhaga, em Abrançalha de Baixo, freguesia de São Vicente, Abrantes, dando conta da necessidade de se proceder ao ordenamento do trânsito e à colocação de sinalização adequada. - 26287

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as alterações propostas na referida Informação Nº 262 da Divisão de Serviços Urbanos.

À Divisão de Serviços Urbanos para os devidos efeitos.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES

Nº 25 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, do seguinte teor:

"Considerando que:

- a) O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes (SMA) só tem competência para autorizar despesas até ao montante 149.639,37€ conforme disposto no artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho;
- b) Os SMA pretendem iniciar procedimento público para aquisição de software e equipamentos para implementação de um sistema de telegestão (Projecto e Aplicação de Gestão, Automação e Comunicações, Instrumentação, Tecnologias e Equipamentos Eléctricos, Tratamento);
- c) Estima-se que o custo de aquisição seja superior ao limite acima referido;
- d) Este projecto consta no plano plurianual de investimento dos SMA;
- e) Considerando ainda o disposto no artigo 29º do DL - 197/99, 8/6;

Proponho que a Câmara Municipal de Abrantes delibere delegar no Conselho de Administração dos SMA a sua competência para autorizar as despesas relativas ao projecto acima referido."

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e vinte minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com excepção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Acta da reunião de -17- de Outubro de 2011

A NOSSA PROPOSTA PARA A SAÚDE

Declaração

18 de Outubro de 2011

Elsa
Belími

Q1
Cardoso

No dia 20 de Maio de 2009 (ou seja, há mais de dois anos), ainda na qualidade de candidatos, os actuais vereadores do PSD reuniram com o Director Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Zêzere, que integra o Centro de Saúde Abrantes, com o objectivo de obter esclarecimentos sobre a situação que se vivia, na altura, em algumas extensões de saúde do concelho de Abrantes, situação essa que se veio a agravar inevitavelmente.

Esta reunião deixou-nos bastante preocupados com o futuro dos cuidados de saúde nas freguesias do concelho, como, aliás, fizemos questão de o manifestar em comunicado que pode ser lido em <http://amar-abrantes.blogs.sapo.pt/67262.html>, «uma vez que, como já era do conhecimento geral, a falta de médicos era um problema que iria agravar-se, uma vez que não existia no mercado médicos para substituir os que vão passar à reforma», «sem esquecer, a escandalosa, degradante e preocupante falta de condições em que funcionam os Centros de Saúde do Rossio e de Abrantes». (sic)

Nesse comunicado, apresentámos um conjunto de medidas, que vamos transcrever, «a adoptar pelo município e pela tutela, em duas vertentes:

(I) Medidas para os profissionais de saúde

· Criar um conjunto de incentivos para que médicos (nacionais ou estrangeiros) e enfermeiros se fixem no concelho, de imediato: incentivos de ordem financeira, habitacional e de apoio à educação dos descendentes;

· Propor aos órgãos da tutela, através dos deputados do distrito, o aumento do número de enfermeiros e das suas competências, em número suficiente

para garantir, em todas a extensões de saúde existentes nas freguesias, profissionais capazes de atender e assistir as pessoas, muito em especial, as mais idosas, e que permita um alargamento dos horários de atendimento;

· Propor a reorganização dos serviços, de forma a que, por um lado, todas as extensões de saúde tenham enfermeiros para dar o primeiro apoio às populações que servem e, por outro, que sejam criados "centros de saúde integrados" com médicos todo o dia para dar apoio a uma área territorial abrangendo várias extensões de saúde, devendo, no entanto, continuar a ser garantido por médico o apoio domiciliário aos acamados;

· Para colmatar a situação actual, que só se prevê resolvida daqui a 10 anos, protocolar com a tutela, a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de cuidados de saúde, através de médicos contratados.

(II) Medidas ao nível das infraestruturas de saúde

- Garantir a manutenção de todas as extensões de saúde do concelho;*
- Construir um novo Centro de Saúde em Rossio ao Sul do Tejo;*
- Garantir a construção no centro histórico (com vista, também, a revitalizá-lo, compensando, assim, a perda da ESTA) de um novo Centro de Saúde de Abrantes, devendo o município ceder um edifício, com boa acessibilidade, para a sua instalação, sendo certo que o Director do Centro de Saúde garantiu que o ministério é sensível ao financiamento de projectos de adaptação de edifícios;*
- Criar uma rede transportes entre as extensões de saúde que não tem médicos de família e os "centros de saúde" para onde são reencaminhados os doentes.»*


Como deixámos expresso nesse comunicado, não era compreensível a indiferença com que o executivo socialista lidava com esta matéria, **«o que, aliás, foi reconhecido expressamente pelo Director Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Zêzere»** (sic).

Mais de dois anos depois da divulgação das nossas propostas, basta ouvir hoje os actores políticos para concluir que a maioria das nossas propostas, para não dizer todas, são hoje absolutamente consensuais.

O problema é que se perderam mais de dois anos e, quando é a própria saúde do concelho a estar doente, dois anos podem ser fatais para o doente.

cl
Coelho

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)

Elsa Cardoso



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)



PONTO Nº8 - ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

Declaração de voto (CONTRA)

17 de Outubro de 2011

Os vereadores eleitos pelo PSD continuam a defender que, sem uma reformulação profunda, coerente e séria do mapa de pessoal e do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM), tendo por objectivo a optimização e rentabilização dos recursos humanos, não devem ser lançados novos concursos.

Com efeito, não se compreende que a Câmara continue a lançar novos concursos com base num mapa de pessoal e um ROSM totalmente desadequados à situação de grave crise económica e sem fim à vista em que vivemos, sem fazer um esforço de contenção, através de uma reformulação profunda daqueles dois documentos estratégicos norteada pelo objectivo de rentabilização dos recursos humanos e privilegiando o recrutamento através da mobilidade interna.

Sendo certo que a mobilidade não aumenta o encargo da despesa pública, em termos de Orçamento do Estado, na medida em que o funcionário recrutado, por este regime, já tem contrato por tempo indeterminado, o que significa que a sua despesa já existe e não constitui um acréscimo para o Estado.

Por outro lado, a abertura de qualquer concurso de pessoal, seja em que circunstância for, deve dar garantias de isenção e imparcialidade, por forma a que o mérito seja o único critério a pesar na escolha do candidato.

Ora, isso é incompatível com a abertura de um concurso cujo vencedor já é conhecido antes mesmo de o concurso se realizar.

Com efeito, pelo menos, o concurso para técnico de informática já tem vencedor conhecido, tendo a Câmara anulado o concurso aberto, no passado dia 5 de Setembro, para 1 Especialista de Informática (lugar que constava do Mapa de Pessoal aprovado ainda recentemente pelo executivo e pelos deputados municipais socialistas) e proposto a alteração pontual do Mapa de Pessoal, na última Assembleia Municipal,



precisamente porque o candidato já escolhido não tinha as condições para concorrer ao concurso aprovado na reunião da câmara de 5 de Setembro.

Se a senhora presidente da câmara, à semelhança do que acontece com muitos presidentes da câmara, não concorda com os concursos públicos, preferindo o sistema de nomeação, então que defenda abertamente a revogação da legislação que os impõe.

Agora o que não se admite é que seja a própria administração pública, tão lesta a exigir o rigoroso cumprimento da lei ao cidadão comum, a contornar as leis que o próprio Estado aprova, transformando os concursos públicos em verdadeiras nomeações encapotadas.

Os Vereadores

Elu Cardoso

(António Manuel Santana Maia Leonardo)

António Belém e Ferreira Coelho

(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/10/17

PROCESSO				REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
04.01	03000233	2011/09/26				0501758542 MARGARIDO & MARGARIDO, LDA ZONA INDUSTRIAL DE ABRANTES OILHO DE BOI-ALFERREDE	construção Inst. armazenamento produtos derivados OILHO DE BOI-ALFERREDE	11000691	DES	2011/09/30
							2011/09/30 - Argrave-se com conhecimento ao titular do processo.			
06.06	03000484	2008/02/15	RJE	08003573	2008/12/04	0199949794 VITOR MANUEL FERNANDES POMBO RUA DAS ESCOLAS, 47 CASAS DE REVELHOS	ampliação moradia RUA DAS ESCOLAS, 47 CASAS DE REVELHOS	11000705	DES	2011/10/07
							2011/10/06 - Argrave-se o processo, com conhecimento ao titular do mesmo.			
04.06	04000836	2008/02/18	RJE	08001011	2008/03/31	0502052171 PROABRANTES - SOC. DE PROMOÇÃO E EMPREENDIMENTOS AV. DAS FORÇAS ARMADAS EDIFICIO SOPADEL, LOJA 4	construção bloco de apartamentos loteamento Bairro Vermelho, lote 6	11000703	DES	2011/10/06
							2011/10/04 - Deferido			
05.03	05000899	2005/09/29	LICOB	00002995	2005/09/29	0116110546 MANUEL LUIS ALVES MATOS RUA ANTONIO FARINHA PEREIRA N°118	ampliação moradia RUA DO CANA VERDE ALFERREDE	11000690	DES	2011/09/30
							2011/09/30 - Argrave-se, com conhecimento ao titular do processo.			
06.01	07000012	2007/01/05	RJE	07000452	2007/02/13	0170265307 SALVADOR TEIXEIRA DUARTE RUA CAPITÃO ANTONIO PIRES, 6-TAPADÃO ALFERREDE	ampliação moradia RUA CAPITÃO ANTONIO PIRES TAPADÃO	11000695	DES	2011/10/03
							29.09.2011:Conceda-se o prazo de 15 Dias.			
04.01	07000655	2007/08/30	LICOB	07002685	2007/08/30	0201533480 ANTONIO JOSE ALVES BATISTA RUA DA SOCIEDADE N° 1000-1°ANDAR	construção moradia LOTE 4 TAPADÃO	11000700	DES	2011/10/03
							2011/09/30: Argrave-se, com conhecimento ao titular do processo.			
04.06	07000700	2007/09/18	REALV	00000345	2010/03/03	0507355571 JOSE SEIXAS CARLOS - UNIPESSOAL, LDA. RUA DOS RAMALHOS 206 CANA VERDE - ALFERREDE	construção moradia bifamiliar ESTRADA DE SÃO DOMINGOS LOTE 3 CHAIÇA	11000689	DES	2011/09/29
							29.09.2011:certifique-se nos termos propostos.			
17.01	07000733	2007/10/01	LICOB	07003014	2007/10/01	0115765794 EDUARDO MANUEL BAPTISTA MARTINS RODRIGUES PIRES AVENIDA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA, N° 50- 10° ANDAR ESQ°.	pequenas obras muros CASA NOVAS	11000735	DES	2011/10/12
							2011.10.10:Defiro nos termos da informação da chefe divisão.			

*** processado por computador ***
*** sistemas infoRuje ***

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/10/17

PROCESSO				REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
04.04	08000416	2008/08/08	RJE	08003624	2008/12/12	0195837193 CARLOS MANUEL GIL HORTA TRAVESSA VALE DO PEREIRO cm00015109	construção anexo Rua Vale do Pereiro Pego	11000693	DES	2011/10/03
							23.09.2011:Proporção superiormente o deferimento do pedido de licença. (anexo) A Consideração Superior. 29.09.2011:Deferido.			
04.01	08000530	2008/10/03				0219361380 ANA CRISTINA JACINTO MATOS RUA DR. JOÃO DE DEUS, 57 - 2.º ANDAR cm00015413	construção moradia Rua Direita, n.º 74 Rio de Molinos	11000728	DES	2011/10/11
							06.10.2011:arquivar-se o processo com conhecimento à titular do processo.			
04.06	08000532	2008/10/06	RJE	08003089	2008/10/14	0246183179 TIAGO ALEXANDRE POMBO DOS SANTOS RUA DA INDÚSTRIA, N.º 599 CHAINÇA cm00018701	construção moradia RUA DA INDÚSTRIA LOTE 13 CHAINÇA	11000688	DES	2011/09/29
							29.09.2011:No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização.			
06.01	08000646	2008/11/28	APROJESP	09001738	2009/09/23	0122764757 LUIS VAZ DA SILVA RUA NOVA DO PINHAL, 57 cm00012267	ampliação moradia Rua Nova do Pinhal, 57 Arreciadas	11000696	DES	2011/10/03
							23.09.2011:Concordo.Porponho superiormente a aprovação do projecto de alterações, nos termos propostos pela informação técnica.A Consideração Superior.			
04.06	08000688	2008/12/26	RJE	09000122	2009/01/23	0244807701 TEIAMA MARGARIDA OLIVEIRA RODRIGUES E OUTRO RUA COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, N.º 5 cm00015810	construção moradia Loteamento Municipal de Bemposta, lote 24 Bemposta	11000732	DES	2011/10/12
							2011.10.12:No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.			
05.01	09000015	2009/01/15	RJE	09000250	2009/02/10	0210169036 SERGIO HENRIQUE FERRERA CHAMEL E.N 3 N.º 90 cm00015885	ampliação moradia Celões Alferrarede	11000710	DES	2011/10/11
							08.09.2011:Proporção superiormente o deferimento do pedido, nos termos e com as condicionantes da informação abaixo prestada.A Consideração Superior.			
04.01	09000211	2009/05/22	LICOBK	09000938	2009/05/22	0197185770 VITOR MANUEL PASTERRO FERNANDES RUA DOM LOPO DE ALMEIDA LOTE 75 - 1.º ESQ. cm00010557	construção moradia LOTE 1, RUA DA GONÇALINHA CHAINÇA	11000733	DES	2011/10/12
							2011.10.12:No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.			

*** processado por computador ***
*** sistemas infoRuje ***

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/10/17

PROCESSO			REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIPÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	tipo	Número			Número	Tip	Data
06.01	09000236	2009/06/05	LICOBR	09001036	2009/06/05	0116110546 MANUEL LUIS ALVES MATOS RUA ANTONIO FARINHA PEREIRA N.º118 cm000099922	Legalização moradia RUA CONDES DE ALPAREDE	11000701	DES 2011/10/03 T E O R
04.04	09000261	2009/06/19	LICOBR	09001118	2009/06/19	0209416505 GONCALO NUNO SOARES VICENTE RUA DO FERNANDO N.º 4 cm00016608	construção moradia Rua 25 de Abril Ribeira do Fernando	11000637	DES 2011/10/03 T E O R
04.06	10000161	2010/04/22	COMUNPREV	10000664	2010/04/22	0240793056 ANDRE VARELA DE OLIVEIRA VENTURA RUA DOS COMATANTES DA GRANDE GUERRA, 8 cm00012078	2011.09.29: Aprovação do projecto de alterações nos termos propostos. construção moradia Rua do Baitro Novo, LOTE 19 Bemposta	11000722	DES 2011/10/11 T E O R
05.01	10000164	2010/05/05	LICOBR	10000765	2010/05/05	0187483590 MANUEL ALVES DOS SANTOS AV. DE PORTUGAL N.º 49 4.º DT.º cm00015962	2011/10/11: No uso de competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização. ampliação arrecadação Lugar de Baitro Mouriscas	11000737	DES 2011/10/12 T E O R
08.01	10000212	2010/05/25	LICOBR	10000911	2010/05/26	0230593674 IARA PATRICIA BRANCO MORGADO RUA DR. AGOSTINHO NETO, N.º 1 - 2.º B cm00018305	12.10.2011: Fixe-se como data limite, o ultimo dia util de cada mês de Novembro(30.11.2011). reconstrução moradia Rua Professora Florinda Matos Sabino, n.º38	11000721	DES 2011/10/11 T E O R
06.03	10000238	2010/07/21	LICOBR	10001270	2010/07/21	0205459579 CLAUDIO FRANCISCO GIL RODRIGUES MOURISCO AV. DAS FORÇAS ARMADAS, LOTE 2 - 1.º DT.º cm00001985	2011/10/07: Admita-se a comunicação prévia das alterações no decorrer da obra. alteração moradia RUA VALE DOS FERREIROS	11000724	DES 2011/10/11 T E O R
06.03	10000336	2010/08/18	RUE	10002067	2010/11/22	0204970784 CARLA MARIA DIAS SOARES PEREIRA RUA DA PALMEIRA, N.º 9, 1.º ANDAR cm00018347	11.10.2011: Emita-se o competente alvará. alteração edifício comercial/ prestação de serviço Rua da Palmeira Chainça	11000729	DES 2011/10/11 T E O R
06.03	10000442	2010/10/22	LICOBR	10001885	2010/10/22	0109064062 MARIA IRENE BENTO RAMOS BATISTA RUA DO MOINHO, N.º 18 R/C DNO cm00018656	2011.10.10: Deferido legalização moradia Rua da Sociedade, n.º 482 Chainça	11000730	DES 2011/10/11 T E O R

*** processado por computador ***
*** sistemas infoRlye ***

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/10/17

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
06.03	10000450	2010/10/26	LICOB	10001913	2010/10/26	MARIA RITA CONCEICAO TAVARES SILVA RUA DAS LAMEIRAS, N.º 81 ROSSIO AO SUL DO TEJO CM00012883	beneficição moradia Rua das Lameiras, n.º 81 S. Miguel do Rio Torto	11000739	DES	2011/10/12
									T E O R	
							2011/09/30: No uso das competências que me forem sub-delegadas, deito o pedido de autorização de utilização.			
04.01	10000490	2010/11/19	LICOB	10002059	2010/11/19	FERNANDO OLIVEIRA MARIA RUA MANUEL LOPES VALENTE JUNIOR N.º 12 TAPADÃO CM00014290	Legalização anexo Rua Manuel Lopes Valente Junior, N.º 12 TAPADÃO	11000687	DES	2011/09/29
									T E O R	
							25.09.2011:Arquive-se, com conhecimento ao titular do processo.			

*** processado por computador ***
*** sistemas informáticos ***